

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 40ª REUNIÃO**

Data: 22 de fevereiro de 2005

Local: Mini-auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar
Brasília/DF. CEP: 70830-901.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidadades.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Guilherme Antônio de Saboya Gouveia (guian.2000@bol.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- Ministério da Saúde: João Marcelo Lopes Siqueira (joao.m.siqueira@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Marcelo Garcia Miranda Diniz (marcelo.diniz@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordêllo Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza Pinheiro Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lucia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br)
- Conselhos Estaduais PI/SE: ausente
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Greice Bastos Federmann (greice@cemig.com.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Leane Chamma Barbar Przybysz (leanep@sanepar.com.br)
- Indústria: ausente
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

CONVIDADOS:

- Ana Teresa Mattos M. de Sousa Pontes – DNOCS – (anateresa@dnocs.gov.br)
- Andréa Figueiredo – MME – (andrea@mme.gov.br)
- Célia Regina Buono Palis Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- Clarissa Presotti – ELABORE Consultoria – (clarissa@elabore.com.br)
- Cláudia M. F. De Alburquerque – Midades – (claudiamfa@idades.gov.br)
- Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- Flávia Pitanga Salim – IEMA/ES – (flaviasalim@hotmail.com)
- Fred Crawford Prado – MT – (fred.crawford@transportes.gov.br)
- José Trajano dos Santos – SEDAM/RO – (jtsantos@sedam.ro.gov.br)
- Luiz Alberto Paes de Almeida – COPEBRAS – (lapa@copebras.com.br)
- Marcelo Lacerda – PATRI – (marcelo.lacerda@patri.com.br)
- Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)
- Martha Pedrosa – Univ.Politécnica de Madrid – (marthapedrosa@hotmail.com)
- Norberto Ramon – SUDERHSA/PR – (ramon@pr.gov.br)
- Reginaldo Gomes – AMBIGEO – (rgomes@ambigeo.com.br)
- Rogério Abdalad – PETROBRAS – (abdalad@petrobras.com.br)
- Rosa Helena de O. Martins – CETESB/SP – (rosam@cetesb.sp.gov.br)

- Sandra Ferraz de Sá Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)
- Wellington Luiz da Rocha – SRH/MMA – (wellington-luiz.rocha@mma.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09:45h do dia 22 de fevereiro do ano de dois mil e cinco, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 40ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a presença, desejou um bom ano e passou diretamente para o item 2 da pauta. *Item 2 – Aprovação da Ata da 39ª Reunião da CTPOAR.* A ata foi aprovada com modificações. *Item 3 – Eleição de presidente.* A Sra. Leila solicitou que a condução do trabalho fosse realizada pela Sra. Raquel (SRH/MMA) que prosseguiu informando sobre a nova composição da CT e justificando a exclusão de determinados segmentos. Explicou também sobre o quantitativo de faltas, conforme estabelecido no Regimento Interno do CNRH, além do mandato da presidência e a forma de eleição, sendo esta aberta. Após as explicações questionou se algum membro apresentaria sua candidatura. Nesse momento o Sr. Roberto (SRH/MMA) sugeriu a recondução da Sra. Leila, pelo eficiente trabalho que vem realizando à frente da CTPOAR. A Sra. Leila entrevistou comentando sobre a importância da renovação, contudo os demais membros da CT apoiaram a sua recondução. A Sra. Leila então agradeceu a confiança depositada e comentou sobre os projetos da Câmara, alguns já realizados, como a integração de procedimentos de outorga com o licenciamento ambiental, e outros ainda não concretizados, como a inserção do tema saúde na gestão de recursos hídricos, para o qual solicitou a colaboração de todos. Finalizados os procedimentos da eleição, passou-se para a apresentação das pessoas presentes, e sua identificação, considerando a presença dos novos membros. *Item 4 – Relato sobre o andamento dos trabalhos do GT PL 1616-Outorga.* A Sra. Leila, como coordenadora do GT PL 1616-Outorga, iniciou o relato comentando sobre a boa resposta dos participantes, que foram convocados a partir de ofícios encaminhados a todos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e órgãos de recursos hídricos estaduais. Lembrou que fora questionada sobre a apreciação dos artigos referentes à fiscalização, e disse que concordava com essa apreciação devido à integração existente entre a outorga e a fiscalização, mas primeiramente deveriam ser analisados os artigos pertinentes à outorga. Disse que apesar da análise ainda estar no início, o texto do PL já se mostrava confuso. Comentou que os membros do GT não compreenderam a necessidade do texto ser de um PL, pois apresenta características de um texto de decreto. Lembrou do cuidado que se deveria ter, por ser um texto de PL que poderá alterar a Lei nº 9433/97. Ratificou o convite para a participação de todos no GT, cujos encontros ocorrerão na véspera da reunião da CTPOAR. O Sr. Cláudio (ONG) perguntou se seria possível, após a análise do GT, uma consulta à sociedade, sobre o texto. A Sra. Leila esclareceu que após a análise do GT, o mesmo será apreciado na CT, momento quando poderão ocorrer as manifestações da sociedade. *Item 5 – Análise do encaminhamento da proposta de resolução que dispõe sobre a integração de procedimentos da outorga de uso de recursos hídricos com o licenciamento ambiental.* A Sra. Leila comentou que estiveram presentes, na reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA, além dela, a Sra. Célia Poeta, o Sr. Helder Torres, o Sr. Leonardo Mitre, a Sra. Raquel Scalia e o Sr. Roberto Monteiro. Informou que não foi preciso apresentar a proposta de resolução, pois os membros dessa CT consideraram que o relato proferido pela Sra. Célia Poeta, durante a última reunião do ano de 2004, foi suficiente; que o encaminhamento da CT foi de inserir um “considerando” na proposta de resolução que

indique o “de acordo” do CONAMA sobre o texto, em função dos itens relacionados às questões ambientais incluídas na proposta de resolução. Para tanto o assunto seria encaminhado à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, para julgar as possibilidades de encaminhamento da matéria. Lembrou da conversa ocorrida junto ao Departamento de Articulação Institucional – DAI/MMA, com o Sr. Volnei, para que fosse feita a articulação no âmbito do MMA e do CONAMA, no sentido de ratificarem a proposta de resolução, resultante do trabalho do GT Integração de Procedimentos, e que contou com a participação efetiva de diversos estados, por parte de órgãos ambientais e de recursos hídricos. Diante da importância dos acontecimentos, a Sra. Leila solicitou que um número maior de pessoas estivesse na próxima reunião da CT de Assuntos Jurídicos para a defesa técnica da matéria, o que catalisaria o processo de publicação. O Sr. Roberto disse que todo o encaminhamento no âmbito do CONAMA seria feito como “recomendação” para incluir o considerando. Lembrou que os membros da CT do CONAMA solicitaram a homogeneização dos termos no texto da proposta de resolução. Finalizou externando que acreditava não haver problemas para a aceitação da matéria. *Item 6 – Análise do encaminhamento da proposta de resolução que trata do reuso direto não potável de água, quanto à necessidade ou não de outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme solicitação da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT.* A Sra. Leila lembrou a consulta realizada pela CTCT questionando a necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos para o reuso. O Sr. Rogério (SRH/MMA) confirmou a necessidade de uma normatização, devido à existência de empresas que já fazem reuso e não possuem respaldo legal para a comercialização do produto oriundo desse procedimento. Informou que no mês de junho, com apoio da FIESP, será realizada uma oficina de trabalho sobre o tema, e disse ser interessante já serem apresentados alguns pontos de consenso entre os membros das CTs do CNRH. Ele esclareceu que a proposta de resolução poderia orientar quanto ao reuso da água, não sendo para consumo humano e explicou a diferença de reuso indireto, cuja água de reuso é lançada no corpo hídrico para posterior utilização e de reuso direto, cuja água passa pelo processo de reuso e utilizada em seguida. O Sr. Helder (MME) arguiu se estariam contemplados na resolução os circuitos fechados, o que foi esclarecido que sim. A Sra. Cláudia (MCidades) disse que o texto da proposta de resolução tentou ser o mais genérico e que a problemática de risco estaria na finalidade da água de reuso. Lembrou do Programa de Conservação da Água do Ministério das Cidades, indica que os novos prédios devem possuir tubulações específicas para água de reuso; que o uso da água deve ser diferenciado em função da qualidade da água; que o reuso seria uma das formas de conservação e isso seria uma questão de hábito da sociedade. Pelo ponto de vista sanitário, aplicado à saúde pública, haveria necessidade de fiscalização, com custos relativos à estrutura institucional de controle, pois os benefícios seriam divididos entre todos. A Sra. Leila agradeceu os esclarecimentos e as ponderações apresentadas pela Sra. Cláudia, o que nos faz lembrar a importância da padronização brasileira quanto à qualidade da água, pelos padrões de saúde e de potabilidade, além de usos com outras finalidades, como a irrigação e o próprio uso industrial. O Sr. Rogério lembrou que as padronizações existirão em outras resoluções. O Sr. Roberto externou sua preocupação quanto à comercialização da água de reuso, pois em determinados casos poderia ser mais lucrativa a venda da água após um tratamento primário do que a execução do tratamento secundário. A Sra. Leane (Prest.) questionou sobre os parâmetros que deveriam ser definidos, considerando a existência somente de padrões internacionais, além da resolução não possuir esta preocupação mais técnica. A Sra. Leila lembrou que os padrões poderiam ser mais restritivos que a Resolução CONAMA nº. 20 e objeto de resolução específica. O Sr. Rogério comentou que a SABESP apóia a definição dos padrões, que necessitam de uma normatização, para possibilitar a comercialização. O Sr. Altamirano disse que para uso de água de reuso na agricultura existem parâmetros internacionais, dividido por faixas de culturas, e que na Bahia, em um experimento, após

análise da água de reuso optou-se para a sua utilização na floricultura. O Sr. Cláudio ponderou sobre a criação de um GT interministerial para dar respaldo as empresas que já comercializam água de reuso, quanto aos padrões e os cuidados com a saúde pública. Lembrou da interface do tema com o CONAMA, MSaúde e CNRH. A Sra. Maria de Lourdes solicitou o retorno ao foco do assunto que seria a outorga e nesse sentido ponderou sobre os aspectos de quantidade e qualidade dessas águas e opinou que a CTPOAR deveria subsidiar a oficina. A Sra. Leila lembrou do desbalanceamento da contabilidade do balanço hídrico quando ocorrer transposição de águas entre bacias, que seria um dos motivos para a retificação da outorga. O Sr. Roberto disse não estarem ainda sedimentadas as questões relacionadas ao reuso, e que as mesmas deveriam ser aprimoradas na oficina; quanto às questões de qualidade haveria necessidade de resoluções específicas, sempre considerando a destinação. Disse que, no seu entendimento, já existem parâmetros, no caso a Resolução CONAMA nº 20, sendo estes por correlação. Quanto à outorga opinou sobre não haver necessidade da mesma quando a água de reuso for utilizada num sistema fechado. A Sra. Leila disse que haveria necessidade de retificação da outorga mesmo para sistemas fechados. Lembrou da situação de venda difusa, o que intensifica a necessidade de retificação de outorga para controle da contabilidade dos balanços hídricos. A Sra. Rosa (CETESB) lembrou das condicionantes da quantidade e qualidade, que não deveriam ser tratadas separadamente, e dos planos de bacia, e que cada finalidade de uso teria um impacto no meio ambiente, necessitando de atenção. O Sr. Roberto questionou a aplicabilidade do art. 9º da resolução em pauta, e a Sra. Flávia questionou o inciso I do art. 8º da mesma. Nesse momento a Sra. Leila esclareceu que não era objeto de trabalho da CTPOAR a modificação no texto da resolução, mas que poderia estar presente no ofício resposta alguma ponderação sobre estes artigos. O Sr. Marcelo (CERH/MG) falou sobre a necessidade de haver a diferenciação dos termos recirculação, reciclagem e reuso na definição dos termos na proposta de resolução. A Sra. Leila ponderou sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos, considerando que a água de reuso fosse outorgável. O Sr. Norberto (SUDERHSA), na mesma linha, questionou sobre o caso de uma empresa de saneamento que captasse 100, e lançasse 80 em função do padrão de qualidade estabelecido, poderia estar lucrando duas vezes, deixando de ser cobrado pelo lançamento de 80 no caso de reuso, e poderia ganhar novamente se comercializasse esse quantitativo. A Sra. Maria de Lourdes comentou que, pela lei, a lógica da cobrança está inicialmente vinculada apenas ao uso outorgável. A Sra. Leila lembrou a todos que as questões relacionadas a cobrança deveriam ser remetidas à CTCOB. A Sra. Vera (CERH/RN) refletiu que, pela Resolução CNRH nº 16, a água de reuso está sujeita a outorga, considerando que se trata de outorga de captação e/ou lançamento. Encaminhando o assunto a Sra. Leila informou que iria elaborar o texto do ofício resposta contendo os comentários apresentados e principalmente o consenso entre todos da necessidade de retificação de outorga. O Sr. Helder solicitou a palavra para ratificar que o Sr. Dário continuava como coordenador do GT do Plano de Utilização da Água. O intervalo de almoço ocorreu entre às 12h10 e 14h10. *Item 7 – Análise das versões da proposta de resolução que estabelece diretrizes para o Plano de Utilização da Água na Mineração, conforme previsto na Resolução nº 29 de 11 de dezembro de 2002 (Versão 04).* A Sra. Leila reiniciou a reunião fazendo um pequeno relato para os novos membros sobre a situação da proposta de resolução que trata do Plano de Utilização da Água – PUA, dizendo que o PUA já está previsto na Resolução CNRH nº 29; que o mesmo fora uma sugestão do setor minerário; que para seu detalhamento haveria a necessidade de uma nova resolução, a ser discutida por um GT, coordenado pelo o Sr. Dário, mas que o GT fora trazido para a Câmara Técnica devido ao esvaziamento do mesmo. Lembrou que a definição de portes foi um impasse, pois não se sabia a que parâmetros se remeter. Para tanto ocorreu em Minas Gerais uma reunião de um grupo de membros da CTPOAR com o setor minerário que, de forma objetiva, apresentou a classificação de dois portes para os empreendimentos, considerando o nível de

complexidade quanto à intervenção no recurso hídrico, mantendo-se a aplicação do PUA para ambos os portes, conforme o porte. Para a análise do texto o Sr. Dário sugeriu a leitura da proposta, o que foi acatado por todos. O Sr. Leonardo explicou que o porte I se remetia aos três primeiros incisos do art. 12 da Lei nº 9433/97 e o porte II os demais incisos. A Sra. Leila disse que os documentos apresentados no art. 5º são basicamente os já utilizados, nos estados. Discutiu-se sobre os sistemas de disposição de estéril e de rejeitos, considerando até a APP e a disposição dos rejeitos nas áreas somente ocupadas nas cheias, sendo diferenciada a definição de área de APP e de calha do rio. Assim o Sr. Helder informou que muitos órgãos não diferenciavam essas áreas, e que isso seria duvidoso. Questionaram também sobre a necessidade de se inserir no item “e” do inciso II do art. 4º da resolução em pauta, a expressão “em corpos d’água”, o que não foi acatado por todos, devido à existência do termo no caput do artigo. Neste momento iniciou-se o debate referente aos estudos apresentados nos arts 5º e 6º. A Sra. Maria de Lourdes lembrou que o grau de complexidade do empreendimento é que o classificaria como porte I ou II. O Sr. Roberto disse que não seria concebível o leito de um rio se tornar um depósito de estéril. Na mesma linha lembraram sobre a necessidade de construção de barragens, para alguns tipos de empreendimentos minerários. O Sr. Dário lembrou dos custos ambientais que deveriam ser aceitos em benefícios da sociedade. As Sras. Leila e Vera ratificaram a necessidade de se observar os estudos que considerassem inclusive o impacto no aquífero e sua preservação. Passou-se para a discussão do art. 5º, onde foram distribuídas tarefas para complementação dos estudos, ficando assim: inciso IV - contribuições dos Srs. Dário e Helder, inciso V - contribuição da Sra. Maria de Lourdes. O Sr. Cláudio sugeriu trazer um diagnóstico para que os técnicos pudessem analisar e assim completar os estudos. Em relação ao art. 6º debateram sobre as nomenclaturas utilizadas, que poderiam confundir por serem nomes usualmente utilizados pelos órgãos ambientais, havendo então a necessidade de uma melhor redação para explicar as medidas de mitigação e de compensação de eventuais impactos hidrológicos, ficando assim a tarefa destinada ao Sr. Altamirano. Foi restaurada a necessidade de envio de sugestões para os incisos III, IV e V do art. 6º, conforme acordado na última reunião da CTPOAR. A Sra. Leila solicitou que fosse uniformizada a forma de tratamento, sendo utilizado sempre “autoridade outorgante”. A Sra. Maria de Lourdes sugeriu a exclusão do parágrafo único do art. 6º, o que não foi acatado por ter sido considerado necessário para segurança da autoridade outorgante devido às peculiaridades de cada órgão e região. Quanto ao art. 7º debateram a necessidade de estarem presentes na atualização do PUA as fases e as etapas do empreendimento minerário, não sendo necessárias as repetições quando já vencidas. Quanto ao art. 8º solicitou-se a inserção da definição de planos de recursos hídricos para dirimir qualquer dúvida quanto ao conceito e sua aplicação. A Sra. Leila lembrou sobre a necessidade de compatibilizar todos os termos com aqueles da Resolução CNRH nº 29, e solicitou que todos enviassem contribuições a tempo de serem disponibilizadas a todos para a discussão da próxima reunião. A proposta de resolução com as modificações desta reunião estão no anexo I. O Sr. Cláudio solicitou espaço durante a próxima reunião para apresentar o Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde e suas invenções, e informou que as mesmas poderiam ser vistas pelo *site* www.planeta.verde.org.br. Vencida a pauta a Sra. Leila encerrou a reunião às 17h30, agradecendo a presença de todos, solicitando o envolvimento de todos para o envio de contribuições para a proposta de resolução do Plano de Utilização da Água na Mineração e ratificando a data da próxima reunião, sendo dia 30/03 a 2ª reunião do GT PL 1616 e dia 31/03 para 41ª reunião da CTPOAR.

Ata aprovada na 41ª reunião, realizada em 31 de março de 2005.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR